

Processo de Admissão de Cooperados

Unimed Juiz de Fora 2021

Bibliografia - Questões Auditoria Médica

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Resolução Normativa – RN Nº 424**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre critérios para a realização de junta médica ou odontológica formada para dirimir divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=MzQzOO>>. Acesso em: 04/05/2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Resolução Normativa – RN Nº 465**, de 24 de fevereiro de 2021. Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida nos planos privados de assistência à saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999 e naqueles adaptados conforme previsto no artigo 35 da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998; fixa as diretrizes de atenção à saúde; e revoga a Resolução Normativa – RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, a Resolução Normativa – RN n.º 453, de 12 de março de 2020, a Resolução Normativa – RN n.º 457, de 28 de maio de 2020 e a RN n.º 460, de 13 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=NDazMw>>=>. Acesso em: 04/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.656**, de 03 de junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência a saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19656compilado.htm>. Acesso em: 04/05/2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº. 1.614/2001**, de 08 de fevereiro de 2001. Trata da inscrição do médico auditor e das empresas de auditoria médica nos Conselhos de Medicina. Revoga-se a Resolução CFM nº 1.466/1996. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2001/1614>>. Acesso em: 04/05/2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº. 1.638/2002**, de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuário nas instituições de saúde. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1638>>. Acesso em: 04/05/2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº. 1.956/2010**, de 07 de outubro de 2010. Disciplina a prescrição de materiais implantáveis, órteses e próteses e determina arbitragem de especialista quando houver conflito. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1956>>. Acesso em: 04/05/2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº. 2.217/2018**, de 27 de setembro de 2018, modificada pela Resolução CFM nº. 2.222/2018, de 23 de novembro de 2018. Aprova o Código de Ética Médica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48226289/do1-2018-11-01-resolucao-n-2-217-de-27-de-setembro-de-2018-48226042>. Acesso em: 04/05/2021.

MORAIS, MARLUS VOLNEY DE. Os Diversos Modelos e Momentos da Auditoria. In: MORAIS, MARLUS VOLNEY DE, BURMESTER, HAINO (coord.). **Auditoria em Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2014.